

Copa não vai impedir os trabalhos no Congresso nacional

O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), não suspenderá os trabalhos de votação durante a Copa do Mundo, mas evitará marcar sessões nos horários de jogo da seleção brasileira.

"A maior parte dos jogos será nos fins de semana, ou à tarde, e as sessões do Congresso são à noite", explicou Carneiro, convencido de que é possível cumprir a pauta de votação até o final do mês.

Para que isso ocorra, Carneiro já avisou que manterá todas as providências para garantir a presença de parlamentares às votações: o desconto de 1/30 avos do salário do faltoso, a divulgação de seu nome e a antecipação da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já incluída na pauta de junho. De acordo com o regimento, a LDO precisa ser votada no semestre em que foi colocada em pauta — do contrário, o Legislativo não entra em recesso e os parlamentares ficam sem as férias.

Além da LDO, o Congresso precisa votar cerca de 40 vetos do presidente Fernando Collor às leis decorrentes das medidas provisórias já aprovadas. Há também a intenção dos líderes de oposição de votar uma nova lei salarial e o projeto do deputado Nelson Jobim, que regula a edição das medidas provisórias. Com a rejeição, por decurso de prazo, da MP 184, motivo de acirrada disputa entre a oposição e os partidos que apóiam o governo, Nelson Carneiro acredita que a pauta possa enfim ser desobstruída e o cronograma cumprido. Sobretudo porque a oposição não dispõe de número suficiente para derrubar os votos de Collor.

Se não dispõem de número suficiente, os partidos de oposição podem impedir que os vetos sejam votados, requerendo a verificação de quórum em cada sessão. Assim, se o governo não garantir a presença de seus parlamentares, não haverá sessão

por falta de número. Na falta de acordo político, as batalhas têm sido decididas através de manobras regimentais de ambas as partes.

Por isso, já há duas propostas de modificação do regimento: uma de iniciativa da liderança do governo e outra da liderança do PT.

O governo pretende que as verificações de votação possam ser realizadas a qualquer momento da sessão, e não no intervalo de uma hora, como atualmente acontece. Com isso pretende impedir as manobras regimentais que impeçam a coleta de votos nominais, em favor do voto simbólico dos líderes, o que dá maioria à oposição. A proposta do PT reduz para 1/4 do total de parlamentares o quórum necessário. Atualmente é exigida a maioria absoluta — 248 deputados e 38 senadores.

Esta é a previsão dos trabalhos no Congresso, na próxima semana — que será mais curta por causa do feriado de Corpus Christi, quinta-feira:

Segunda-feira — O Senado espera receber a lista das pessoas e empresas que movimentaram mais de 500 mil cruzados novos entre 15 de fevereiro e 15 de março, prometida pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. O autor do requerimento, senador Jamil Haddad (PSDB-RJ), terá acesso a um código secreto, e ficará a seu critério divulgar ou não os nomes dos envolvidos.

Terça-feira — Poderá ser o dia da votação, em regime de urgência, do projeto de lei de política salarial das oposições que prevê reajuste pelo IPC do mês para quem ganha de um a cinco salários mínimos. Pelo projeto, os que recebem entre cinco e dez mínimos terão o IPC trimestral mais gatilho, quando a inflação passar de cinco por cento. Acima desse índice, livre negociação.

Raymundo Costa/AE